



Canal Energia – 22 Nov 2004

## **Sendi 2004: Câmara promove audiência pública para avaliar setor elétrico**

**A sessão foi parte do Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica, que acontece em Brasília até a próxima quarta, dia 24**

A Câmara dos Deputados realizou na manhã desta segunda-feira, dia 22 de novembro, uma audiência pública para avaliar o setor elétrico brasileiro, fazendo uma retrospectiva e debatendo os rumos a serem tomados no segmento. A sessão - parte do Sendi 2004 (Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica), que acontece em Brasília -foi realizada sob a forma de Comissão Geral e presidida pelo vice-presidente da Comissão de Minas e Energia da Casa, deputado Eduardo Campos (PSDB-TO). Para o parlamentar, ainda há muitos estudos a serem feitos e decisões a serem tomadas para melhorar efetivamente a qualidade do serviço.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, Claudio Sales, defendeu maior participação do setor privado nos investimentos para o setor elétrico. Sales citou estudo da CBIEE que aponta a necessidade de aportes da ordem de R\$ 20 bilhões no segmento, dos quais 60% deverão ser oriundos da iniciativa privada. Já o presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia, Evandro Coura, calcula que o setor necessite de R\$ 12 bilhões em investimentos em geração, transmissão e distribuição para evitar uma nova crise.

A Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica estima que a soma de impostos presentes nas faturas de energia corresponda a 35% da tarifa de energia. O presidente da Abradee, Luiz Carlos Guimarães, informou que as distribuidoras pagam anualmente R\$ 28 bilhões, entre tributos e encargos. O diretor-presidente da Energipe (SE), Marcelo Silveira da Rocha, cobrou dos deputados federais maior participação da Câmara dos Deputados na defesa dos consumidores de baixa renda. O executivo disse que tais clientes poderão ter "uma conta de luz muito alta porque podem pagar mais de imposto do que de consumo".

No evento, a Associação Brasileira de Energia Nuclear cobrou maior participação da energia nuclear no setor elétrico. O vice-presidente da Aben, Gunther Angelkorte, afirmou que a Agência Nacional de Energia Elétrica não considera a geração nuclear como uma energia alternativa, apesar de as usinas Angra I e Angra II terem evitado racionamento de água no Sudeste. O presidente da Organização Não-Governamental World Global Greens, Fabrício Corrêa, estima que o preço da energia eólica no Brasil possa ser competitivo caso fique situado entre R\$ 189 e R\$ 216, por MWh. Segundo a WGG, a energia dos ventos poderia suprir o déficit de energia no país com a aprovação das Parcerias Público-Privadas.

Problemas - O representante da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, Afonso Henrique Moreira Santos, afirmou que o país não conta atualmente com um modelo elétrico eficaz. Ele acredita que um ambiente de comercialização livre de energia "poderá resolver o problema do setor elétrico".

O deputado federal José Roberto Arruda (PFL-DF) apontou três pontos que são considerados de risco para o setor elétrico. Na avaliação do parlamentar, são considerados problemas para o segmento de energia o enfraquecimento da Agência Nacional de Energia Elétrica, a instalação da Empresa de Pesquisa Energética no Rio de Janeiro e a cobrança de impostos através das tarifas de energia.

O ex-ministro de Minas e Energia, Francisco Gomide, fez um balanço do setor elétrico nos últimos 50 anos no país. Gomide apontou a falta de investimentos na primeira metade da década de 90, que não foi revertida com a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica e os aportes feitos pelo capital privado. As informações são da Agência Câmara.